

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Síntese Metodológica*

Claudio Salvadori Dedecca**

Este ensaio tem o objetivo de apresentar uma síntese metodológica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - desde 1969.

Ele está organizado em três sessões. Em uma primeira faz-se uma breve apresentação da história da pesquisa. Em uma segunda realiza-se uma descrição das metodologias adotadas pela pesquisa nesses seus 30 anos de vida. Finalmente, são exploradas algumas informações básicas sobre a estrutura de participação da população em idade ativa, com o intuito de evidenciar os efeitos da mudança metodológica, adotada em 1992, sobre os grandes agregados de população.

A PNAD nesses 30 anos

De acordo com o IBGE, *o programa nacional de pesquisas contínuas por amostra de domicílios foi implantado gradativamente no Brasil, a partir de 1967, para suprir a falta de informações básicas sobre a população durante o período intercensitário e estudar temas factíveis de serem levantados por esse*

tipo de pesquisa, que são insuficientemente investigados ou não são contemplados nos Censos Demográficos (IBGE, 1991, p.7).

A construção da pesquisa buscava atender às necessidades das políticas de planejamento e desenvolvimento econômico, que não podiam ser atendidas pelas informações censitárias, principalmente devido a essas se tornarem defasadas progressivamente. Em um contexto de grandes transformações socioeconômicas havia premência de um sistema de informações que alimentasse, de forma mais sistemática, a gestão e a análise de resultados das políticas públicas. Ademais, a importância da pesquisa foi reafirmada pelo interesse da United States Agency for International Development (Aliança para o Progresso) em *...colaborar na implantação de um sistema de pesquisas contínuas por amostra de domicílios em países latino-americanos. Este sistema visava proporcionar informações de interesse dos países em que fosse implantado e, ao mesmo tempo, prover o continente americano de estatísticas comparáveis (IBGE, 1991, p.7).*

* O autor agradece Vandeli dos Santos Guerra, pesquisadora do IBGE, pelas informações metodológicas sobre a PNAD. Mesmo que desnecessário, cabe esclarecer que as opiniões aqui apresentadas são de total responsabilidade do autor.

** Professor e Pesquisador do Instituto de Economia - Unicamp - e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - Cesit/IE/Unicamp.

A PNAD foi desenhada segundo essa perspectiva. Sua metodologia inicial propôs uma pesquisa a ser realizada a partir de uma amostra probabilística com abrangência nacional que pudesse fornecer informações mais regulares sobre as condições demográficas, de saúde, de habitação, de educação, e de trabalho e renda dos domicílios. Dois tipos de instrumentos de coleta foram delineados. Um questionário básico que pudesse investigar de maneira contínua os temas considerados mais importantes - *habitação e mão-de-obra, associados a algumas características demográficas e educacionais* (IBGE, 1991). E um outro (suplementar) que permitisse obter informações sobre temas também considerados importantes e, muitas vezes, de maior complexidade, mas que não exigissem uma investigação permanente.

Apesar do propósito da PNAD em fazer uma investigação socioeconômica mais aprofundada, comparativamente àquela propiciada pelo Censo Demográfico, o levantamento de informações municipais não se encontrava entre suas intenções. A pesquisa visava, somente, a propiciar informações com um nível de agregação restrito aos estados e para as regiões metropolitanas existentes. Mesmo as áreas rurais não foram objeto de uma maior preocupação amostral, que pudesse dar maior consistência às informações ali coletadas. Por outro lado, a PNAD constituía, em seu formato original, um levantamento trimestral, tendo sido inicialmente implementada para as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, mais o Distrito Federal. Essa proposta foi implementada, pela primeira vez, em 1967, tendo sido replicada em 1968 e 1969 e interrompida em 1970, devido à realização do Censo Demográfico.

A interrupção era planejada, pois a concepção que marcou a formulação original da PNAD era a de fornecer informações mais detalhadas sobre a participação econômica da População em Idade Ativa - PIA - que é, em geral, mensurada de maneira agregada pelo Censo Demográfico, mas de maneira complementar a esse. Assim, entendia-se

que ambos os levantamentos deveriam ser compatíveis metodologicamente, cabendo ao censo ter uma maior cobertura e desagregação espacial e à PNAD uma maior complexidade e abrangência de variáveis exploradas. Ademais, a PNAD aparecia com um instrumento de coleta domiciliar articulado a um sistema nacional de estatística formulado pelo IBGE, na passagem dos anos 60 para os 70. Estabeleceu-se uma hierarquia de pesquisas domiciliares, onde a PNAD cumpria uma função de descrição mais estrutural da configuração socioeconômica brasileira e um papel intermediário entre o censo e uma pesquisa mensal com o objetivo conjuntural, que foi somente implantada nas regiões metropolitanas em 1988 - a Pesquisa Mensal de Emprego - PME.

Entretanto, a PNAD conheceu sua primeira alteração já no início da década de 70. A partir de 1971, a pesquisa passou a ser realizada somente uma vez por ano, na maioria das vezes no mês de outubro, sendo que, em 1973, ela atingiu uma nova abrangência geográfica, que foi mantida até o final daquela década - as atuais Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e as áreas urbanas das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Novamente, a pesquisa conheceu uma interrupção, em 1980, com a realização do Censo Demográfico. A sua retomada em 1981 reproduziu o questionário básico adotado durante toda a década anterior. Ademais, ampliou-se a abrangência geográfica, que passou a cobrir todo o País, com exceção das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, que, em conjunto, representavam cerca de 3% da população do País (IBGE, 1991), bem como foi introduzido, no questionário básico, a investigação de cor das pessoas (1987) e sobre a posse de rádio e televisão nos domicílios (1988). Na maioria dos anos foram realizados questionários suplementares sobre temas específicos (Quadro 1), sendo que aqueles sobre o tema trabalho, em 1989 e 1990, serviram para preparar a mudança metodológica empreendida a partir de 1991.

Quadro 1 - Pesquisas suplementares e principais questões investigadas

Temas dos Questionários Complementares	Principais Questões Investigadas
Saúde (1981)	Condição de saúde da população, atenção materno-infantil, deficiência ou incapacidade física, vacinação infantil e gastos com saúde.
Educação (1982)	Perfil educacional da população, informações sobre a sua ambiência cultural, fatores de natureza socioeconômica que influenciam a escolarização e o próprio processo de escolarização.
Mão-de-Obra e Previdência (1983)	Caracterização da condição de atividade no período de referência de 12 meses, grau de cobertura do Sistema de Previdência, vinculação a um ou mais regimes.
Fecundidade Feminina (1984)	Níveis e tendências da fecundidade das mulheres de 15 a 64 anos de idade, história dos nascimentos e das uniões e mortalidade fetal.
Situação do Menor (1985)	Condições de vida da população de 0 a 17 anos de idade, sua situação no grupo familiar ou doméstico, guarda e cuidados com as crianças de 0 a 6 anos de idade, aspectos relativos ao tamanho do menor, formas de obtenção e uso do dinheiro proveniente do trabalho, formas de inserção no sistema educacional na faixa de escolarização obrigatória, e utilização do tempo fora da escola e do trabalho. Esse levantamento ficou restrito às regiões metropolitanas e ao Distrito Federal.
Acesso a Serviços de Saúde, Suplementação Alimentar, Associativismo e Anticoncepção (1986)	Acesso a serviços de saúde, segundo condições de oferta dos mesmos, acesso da população aos programas de distribuição gratuita de alimentos, associativismo, segundo filiação a órgão de classe ou comunitário, e níveis e tendências da fecundidade e da utilização de métodos anticonceptivos.
Participação Político-Social e Estoques de Aparelhos Utilizadores de Energia (1988)	Perfil da população no que se refere ao uso de seus direitos civis, políticos e sociais, estoque dos principais aparelhos e equipamentos utilizadores de energia (eletricidade, carvão, gás e lenha) e posse de veículos automotores de uso dos moradores, por ano de fabricação e combustível.
Trabalho (1989)	Aspectos não abrangidos pela pesquisa básica, como características do trabalho secundário, a procura de trabalho realizada pela pessoa ocupada, interesse em trocar o trabalho principal por um com carteira assinada, motivação para permanecer no trabalho principal, características do último trabalho remunerado que a pessoa deixou há menos de 5 anos, e a naturalidade da pessoa.
Trabalho (1990)	As mesmas do ano anterior.

Fonte: IBGE, 1991.

A manutenção do escopo metodológico durante os anos 70 e 80 permitiu a construção de uma importante série de dados de mais longo prazo. No que se refere à condição de ocupação, a pesquisa adotou os critérios sugeridos pela 8ª e 11ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho - OIT - de 1954 e 1966, respectivamente, e as orientações sobre Contas Nacionais formuladas pela Organização das Nações Unidas, onde a noção de ocupação estava associada à realização de um trabalho com remuneração e, excepcionalmente, a uma situação de trabalho não remunerado, mas com uma jornada de trabalho mínima (15 horas).

Se, por um lado, foi possível a construção de uma série de dados perfeitamente comparada intertemporalmente, observou-se a ocorrência de problemas na implantação da pesquisa, que fragilizaram as informações produzidas. O primeiro problema foi a adoção

de dois períodos de referência em 1982 que não foram explicitados em relação à informação coletada. Em face da situação inflacionária presente naquele período, tem-se que o resultado obtido pela pesquisa comprometeu a qualidade dos dados de renda para aquele ano. O outro problema ocorreu em 1990, ano em que deveria ser realizado o Censo Demográfico. Em face da impossibilidade de realização desse levantamento decenal, foi implementada a pesquisa sem o devido desenvolvimento dos trabalhos de preparação de campo, fato que deve ter também afetado os resultados produzidos.

Outra dificuldade encontrada com a base de informações das PNADs refere-se aos critérios utilizados para a expansão da amostra. Esta tem sido obtida a partir de uma projeção de população independente. Este procedimento bastante usual vem sendo adotado por diversos países. Na Inglaterra, por exemplo, são definidos 54 fatores de

expansão para cada domínio amostral. A restrição a ser feita em relação à adoção do procedimento no Brasil, deve-se à utilização de apenas um fator de expansão, o total da população. Desse modo deixam de ser consideradas as variações na estrutura etária e por sexo.

Além disto, a projeção é construída apenas uma vez na década, logo após a divulgação dos resultados do Censo Demográfico. Esse método tende a gerar valores absolutos expandidos progressivamente distorcidos a cada ano que se distancia do período de referência inicial, isto é, do ano do Censo Demográfico. Por exemplo, a rápida desaceleração do crescimento demográfico e as mudanças contínuas nos padrões migratórios, em curso desde os anos 70, não têm sido levadas em conta pela expansão da amostra das PNADs, ao longo de cada década, induzindo à superestimação do crescimento populacional em certas regiões/estados e à subestimação em outras.

Essa limitação pode ser hoje superada caso a projeção atual de crescimento da população, feita no início da década de 90, for corrigida como base nos resultados da Contagem Populacional 1996. Ademais, esse trabalho de atualização deve levar em conta, obrigatoriamente, as alterações recentemente observadas na distribuição por sexo e idade da população, permitindo, desse modo, que se ajuste a estrutura populacional bruta fornecida pela amostra, foco, em geral, de flutuações.¹

Quanto à mudança metodológica inserida nessa década, observa-se que ela produziu um incremento substantivo da População Economicamente Ativa, em razão da incorporação da produção para autoconsumo, a autoconstrução e o trabalho sem rendimento por uma jornada superior a uma hora semanal como situações de ocupação. Ampliou-se des-

se modo a noção de ocupação, procedimento justificado na necessidade de compatibilizar essa fonte às novas orientações da OIT, formuladas na 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, de 1982.

A evolução dos conceitos utilizados pela PNAD

- a) A PNAD constitui uma pesquisa sobre a população residente no País em domicílios particulares, em unidades de habitação e em domicílios coletivos. As características básicas investigadas², até 1990, eram cinco: Demográficas e sociais - sexo, cor, condição na unidade domiciliar, na família e no domicílio, número de membros da família e data de nascimento.
- b) Educacionais - alfabetização, escolaridade e nível de instrução das pessoas que não são estudantes.
- c) Mão-de-obra - para as pessoas de 10 anos ou mais: condição de atividade para as pessoas ocupadas: ocupação, atividade e posição na ocupação no trabalho principal, horas normalmente trabalhadas por semana no trabalho principal e nos outros trabalhos, contribuição para o instituto de previdência, posse ou não de carteira de trabalho assinada; para as pessoas desempregadas: tempo de procura de trabalho e características da ocupação anterior (ocupação, posição na ocupação, motivo da saída, se recebeu o fundo de garantia e qual o tempo de permanência da última relação de trabalho).
- d) Rendimento - rendimento mensal no trabalho principal e nos outros trabalhos, aposentadoria, pensão, abono permanência, aluguel e outros rendimentos.
- e) Habitação - espécie de domicílio e características do mesmo (tipo, estrutura,

¹ Agradeço as sugestões de Ana Amélia Camarano em relação às observações feitas aqui sobre o desenho e a expansão da amostra adotadas pela PNAD.

² Para uma apresentação mais extensa das características básicas e dos conceitos, conferir IBGE (1981) e IBGE (1991).

abastecimento de água, esgotamento sanitário, uso de instalação sanitária, destino do lixo, iluminação elétrica, número de cômodos, condição de ocupação, aluguel ou prestação mensal, filtro de água, fogão, geladeira, rádio e televisão).

Tais características individuais e coletivas eram fundamentadas em alguns conceitos básicos:

- a) Domicílio - local que serve de habitação para uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal.
- b) Domicílio particular - moradia onde o relacionamento entre os membros é explicado pelos laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. Os domicílios particulares podem ser permanentes (casas, apartamentos, rústicos, quartos ou cômodos) ou improvisados (tendas, barracas, vagões, carroças, etc.).
- c) Domicílio coletivo - moradia onde prevalece o cumprimento de normas administrativas (hotel, pensão, albergue, asilo, abrigo, etc.).
- d) Morador - pessoa que tem a unidade domiciliar, independentemente de seu tipo, como local de residência habitual.
- e) População pesquisada - população normalmente residente, excetuando-se os moradores em embaixadas, consulados e legações estrangeiras, as pessoas abrigadas em instituições de assistência, os militares residentes em habitações militares, os pacientes internados em hospitais, os alunos internos em estabelecimentos educacionais e os religiosos que vivem em conventos, mosteiros, clausuras, etc.).
- f) População em idade ativa - todas as pessoas com 10 anos ou mais na semana de referência.
- g) Trabalho - ocupação econômica remunerada em dinheiro, produtos ou mercadorias, ou somente em benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.), sendo que a

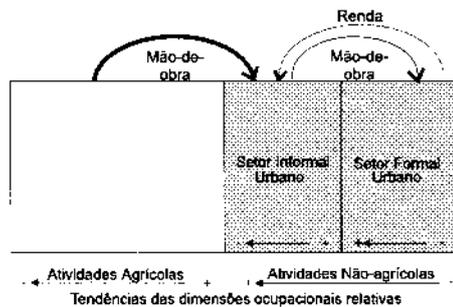
ocupação econômica exercida sem remuneração é considerada se realizada normalmente durante 15 horas ou mais e, segundo alguns critérios (em ajuda a membro da unidade domiciliar que tenha atividade econômica; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou na qualidade de aprendiz, estagiário, etc.).

- h) Ocupação - pessoa ocupada que durante a semana de referência da pesquisa tinha trabalho, ainda que não estivesse trabalhando por motivo de férias, licença, etc.
- i) Desocupação - pessoa que na semana de referência não tinha trabalho e tomou alguma providência efetiva para conseguir-lo durante a semana.
- j) População economicamente ativa - pessoas classificadas como ocupadas ou desempregadas na semana de referência.
- l) População não-economicamente ativa - pessoas não classificadas como ocupadas ou desempregadas na semana de referência.

A análise das características e dos conceitos adotados pela PNAD, até o final da década de 80, para mensuração da População Economicamente Ativa - PEA - tinha foco, principalmente, na atividade econômica com remuneração, sendo aceita apenas a condição de atividade sem contrapartida monetária para aqueles que realizavam o trabalho de maneira habitual e com uma jornada de trabalho igual ou superior a 15 horas ou que, apesar de não estarem realizando qualquer trabalho, exerciam efetivamente a procura de uma ocupação. Esse enfoque adequava-se à tradição metodológica proposta pela ONU para a construção das Contas Nacionais. Além disso, ele, ao ter como referência às tendências que marcaram a organização do mercado e da própria atividade econômica nos países desenvolvidos no pós-guerra, aceitava a existência de um movimento de crescente assalariamento, onde o desemprego, circunscrito àquele friccional ou conjuntural, e as ocupações precárias ou informais apareciam no mercado de trabalho como um fenômeno residual (Dedecca, 1986).

Esse recorte, mesmo não sendo plenamente adequado à realidade do Brasil e dos países latino-americanos, adequava-se minimamente à configuração dos mercados de trabalhos nacionais, em razão da tendência de crescente assalariamento desses, mesmo que o crescimento dessa forma de trabalho só pudesse se tornar dominante a longo prazo, período considerado, em geral, bastante superior ao de duração de qualquer ciclo econômico.

Esquema 1
Evolução da Estrutura Ocupacional até os anos 70



Ademais, os problemas de precariedade não apareciam através do desemprego, mas da informalidade e do subemprego, dadas certas características do processo de desenvolvimento na América Latina. A partir de 1930, as economias da região, com a crise dos modelos exportadores que comprometeu a renda e a capacidade de consumo e de investimento nacionais, induziram o desenvolvimento de projetos de industrialização orientado para a formação de uma base produtiva local que alimentasse parte ponderável do mercado interno e que internalizasse minimamente a variável investimento, isto é, que esse fosse parcialmente viabilizado pela produção doméstica - mesmo que essa demandasse compra de tecnologia estrangeira.

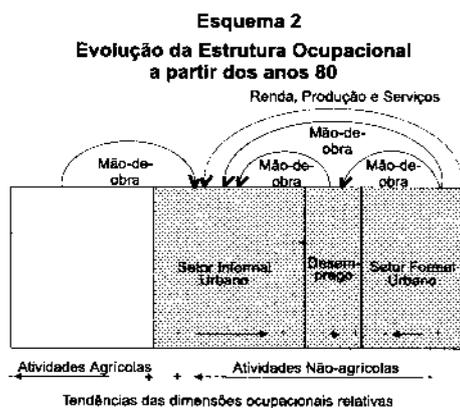
Se, por um lado, a modernização econômica nos países onde ela mais avançou permitiu consolidar progressivamente uma base urbana de trabalho assalariado, em especial vinculada à indústria de transformação,

ela impôs um processo de transformação da propriedade e da produção agrícola que alimentou grandes fluxos migratórios em direção aos principais pólos urbanos de desenvolvimento. Os contingentes de trabalhadores expulsos do campo eram de tamanho desproporcional à capacidade de absorção da indústria de transformação, sendo absorvidos, inicialmente, nos setores de serviços pessoais e de reparação domiciliar, que se apresentavam tradicionalmente como bastante representativos, desde a época do complexo agrário exportador. De fato, essas atividades permitiam aos migrantes recentes reproduzir de algum modo uma forma de vida que haviam conhecido no meio rural, onde a flexibilidade da jornada de trabalho e da atividade produtiva era uma realidade, bem como a forma de inserção precária ou informal no mundo do trabalho. Assim, a informalidade e a precariedade da inserção ocupacional no meio urbano dos migrantes recentes aparecia como um modo de reprodução de seu modo de vida anterior, não representando para eles um processo de estagnação social. Ao contrário, o acesso a certos serviços públicos podiam ser tomados como sinônimos de um novo status social.

Nessa configuração socioeconômica, o problema da não utilização da mão-de-obra disponível aparecia pela informalidade ou pelo subemprego, isto é, pelo uso precário da capacidade de trabalho de parte da população. A absorção da mão-de-obra disponível era resolvida, apesar da capacidade limitada de geração de emprego pelo setor moderno (Esquema 1). Assim, os problemas de absorção decorriam de uma insuficiência dinâmica daquele processo de desenvolvimento, que, apesar de poder ter uma capacidade razoável de geração de empregos nos segmentos modernos da economia, tinha um poder de destruição dos espaços produtivos tradicionais que criava um crescimento acelerado da força de trabalho disponível no meio urbano. O excedente de mão-de-obra era absorvido nas atividades informais, viabilizadas pela transferência de renda do setor moderno, via um padrão de consumo de seus assalariados sustentado

no perfil concentrado da distribuição de renda. Assim, as relações entre os setores formal e informal se estabeleciam dominantemente através do circuito de renda.

O formato metodológico da PNAD adotado nos anos 70 dava conta, de maneira razoável, dessa configuração socioeconômica. O setor formal podia ser caracterizado, de forma geral, pelo emprego com carteira de trabalho assinada nos setores de atividades pública e privada e pelos trabalhadores autônomos e empregadores de alto rendimento, enquanto o setor informal podia ser sintetizado pelos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, pelos trabalhadores autônomos e empregadores de baixo rendimento, pelo trabalho doméstico e pelo trabalho sem remuneração com jornada igual ou superior a 15 horas semanais. Apesar das limitações dessas categorias ocupacionais para descrever minuciosamente as transformações que se processavam no mercado urbano de trabalho, elas permitiam uma avaliação das tendências mais gerais de crescimento do assalariamento formal e de comportamento do setor informal urbano.



Essa capacidade analítica foi fragilizada com o fim do período de crescimento da economia brasileira, no início da década passada. A crise econômica de uma estrutura produtiva urbana mais diversificada e integrada, agora caracterizada pela presença de um setor formal não desprezível, fez emergir novos fenô-

menos no mercado urbano de trabalho: o desemprego e a ocupação formal subordinada ao setor formal. Pela primeira vez, a sociedade brasileira conhecia uma crise econômica marcada pela expulsão de trabalhadores pelos setores modernos da economia, trabalhadores com uma tradição de assalariamento já estabelecida, que impedia, ao menos para uma parte deles, sua migração imediata para as atividades informais, em face do seu desconhecimento sobre a forma de estruturação dessa relação de trabalho. Por outro lado, a reorganização das empresas foi acompanhada da desverticalização e especialização produtiva, fazendo com que o emprego direto por elas contratado passasse a ser decrescente, ao mesmo tempo que elas passavam a contratar serviços executados por trabalhadores autônomos e/ou a produção fosse realizada por pequenas unidades produtivas, organizadas por relações de trabalho informais, e por trabalho a domicílio (Esquema 2).

Uma nova e mais complexa dinâmica socioeconômica vai, assim, se estabelecendo a partir do início da década passada. A retração do setor formal representa a expulsão de trabalhadores assalariados para as situações de desemprego e informalidade e a criação de relações produtivas deles com o setor informal (Dedecca & Baitar, 1998). A complexidade é sinônimo, por outro lado, de uma maior heterogeneidade produtiva e social que se reflete em uma organização do mercado de trabalho ainda mais distante da dicotomia emprego/desemprego e cada vez mais próxima de um caleidoscópio ocupacional (Dedecca, 1996). É essa a nova realidade socioeconômica que deve ser captada pelas pesquisas domiciliares. E foi com essa preocupação que foi implementada a mudança metodológica na PNAD para os anos 90.

Mas antes de proceder à exploração das implicações dessa mudança, faz-se necessário apresentar as principais características e conceitos que sustentam a nova metodologia. Deve-se começar pelas características:

- a) Demográficas e sociais - foram mantidas as anteriores, sendo introduzida a questão sobre a naturalidade em relação ao

- município ou à Unidade da Federação de residência da pessoa.
- b) Educacionais - foram mantidas as anteriormente adotadas.
 - c) Mão-de-obra - foram mantidas as anteriores, sendo incorporadas questões mais abrangentes sobre procura de trabalho, local de realização do trabalho, setor econômico básico (público e privado), tipo de emprego público (estatutário, militar e CIT), tamanho e tipo de estabelecimento e o período de referência de 365 dias.
 - d) Rendimento - foram mantidas as características anteriores.
 - e) Habitação - idem.
 - f) Trabalho infantil - foram introduzidas questões sobre a realização de trabalho pelas crianças de 5 a 9 anos.

Quanto aos conceitos básicos, alterações importantes foram introduzidas:

- a) Domicílio - foi mantido o conceito anterior.
- b) Domicílio particular - idem.
- c) Domicílio coletivo - idem.
- d) Moradia - idem.
- e) População pesquisada - idem
- f) População em idade ativa - idem.
- g) Trabalho - manteve-se a definição de trabalho como ocupação econômica remunerada em dinheiro, produtos ou mercadorias, ou somente em benefícios, passando a ser considerado como ocupação o trabalho não remunerado com uma jornada de trabalho igual ou superior a uma hora por semana. Além disso, incorporou-se ao conceito de trabalho a produção para autoconsumo e a autoconstrução, desde que realizadas durante uma jornada de trabalho igual ou superior a uma hora por semana.
- h) Ocupação - mantido o critério anterior.
- i) Desemprego - o conceito anterior foi manti-

do. Entretanto a construção do questionário, que começa perguntando explicitamente se a pessoa trabalhou na semana anterior, alterou a construção desse conceito, que deixou de ter uma posição secundária na investigação sobre a condição de trabalho.

- j) População economicamente ativa - mantido o critério básico anterior, segundo os novos conceitos adotados.
- k) População não-economicamente ativa - idem.

O sentido da mudança metodológica implementada visou a atender as novas condições de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, bem como adequar a PNAD às orientações da 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho da OIT de 1982 (OIT, 1983; e Brandão & Hoffman, 1996). Essa conferência produziu uma série de recomendações para a organização de pesquisas domiciliares pelos países-membros, merecendo destaque algumas delas:

- População economicamente ativa - todas as pessoas acima de uma certa idade que contribuem economicamente para a produção de bens e serviços, passando a mensurá-la, segundo dois critérios: população usualmente ativa, quando adotado um longo período de referência (por exemplo, 12 meses); e população correntemente ativa, quando o período for mais curto (por exemplo, semana ou um mês).
- Ocupação - pessoas que realizam uma ocupação assalariada de maneira habitual, auferindo regularmente um salário, continuidade do contrato de trabalho, não exercício do trabalho por um prazo determinado com recebimento de benefícios (salariais e não-salariais) mais aquelas que trabalham como autônomos ou como empregadores no período de referência. Também pode-se agregar aquelas pessoas cujo exercício do trabalho é diretamente apropriado (autoconsumo e autoconstrução).
- Desemprego - considera as pessoas que, durante o período de referência, estiveram

sem trabalho, tendo disponibilidade para trabalho e realizado a procura de um trabalho. As recomendações aceitam a possibilidade de se incorporar ao conjunto dos desempregados aquelas situações de desemprego caracterizadas por um desencorajamento da procura ou por exercício de algum trabalho precário e descontínuo, determinadas por condições desfavoráveis do mercado de trabalho ou da economia. A Conferência, entretanto, sugere que sejam explicitadas as diversas formas de manifestação do desemprego.

- Subemprego - é referido àquelas que realizam involuntariamente um trabalho considerado inadequado, segundo as regras de regulação do mercado de trabalho (disfunção por qualificação, jornada de trabalho reduzida, etc.).
- Trabalho não-remunerado - são considerados todos aqueles que realizam essa forma de trabalho, independentemente do número de horas realizado no período de referência, podendo ser adotada uma jornada de trabalho mínima, definida a partir de especificidade do mercado de trabalho nacional, devendo ser identificadas separadamente aquelas pessoas que exercem o trabalho por uma jornada inferior à considerada.

A apresentação do novo desenho metodológico e das recomendações mais recentes da OIT mostram que a nova PNAD permite ganhos importantes, seja para a comparação internacional - quando permite a construção de agregados consistentes com critérios da XIII Conferência -, seja para a análise mais precisa das mudanças em curso no mercado de trabalho brasileiro - quando possibilita a construção de categorias ocupacionais que levam em conta tanto as características pessoais e da relação de trabalho, como da organização produtiva da atividade econômica, bem como uma melhor mensuração do desemprego.

É inquestionável que os novos critérios adotados são passíveis de controvérsia, em especial aqueles que permitem classificar as formas de trabalho não-remunerado

com jornada de trabalho igual ou superior a uma hora por semana, para autoconsumo e de autoconstrução, como situações de ocupação. Para realçar as dificuldades para a aceitação desses novos critérios, devemos lembrar que eles desprezam uma forma de trabalho muito mais recorrente em nossa sociedade: o trabalho das mulheres dedicado à reprodução de suas famílias. Cabe, portanto, a pergunta sobre por que considerar relevante o autoconsumo e a autoconstrução e irrelevante o trabalho voltado para a família.

Entretanto, a questão efetivamente importante a ser discutida não se remete aos critérios adotados, pois a mensuração dos novos agregados constitui um ganho para a análise da estrutura socioeconômica brasileira. Os pontos centrais para debate são: a) a existência de uma limitada documentação sobre a mudança metodológica adotada; b) a comparabilidade da PNAD dos anos 90 com aquela dos anos 70-80 e com o Censo Demográfico de 1991; e c) a forma de divulgação dos dados das PNADs nos anos 90.

Ao contrário dos anos 80, quando o IBGE procurou transferir aos usuários uma documentação consistente sobre a metodologia da PNAD (IBGE, 1981), notou-se que a documentação existente resumia-se à breve e sucinta descrição apresentada em um arquivo incorporado aos CD-ROMs com os dados agregados ou com os microdados. Falta a essa documentação um quadro minimamente detalhado das diferenças existentes entre as duas metodologias que explicita os procedimentos necessários para compatibilização da PNAD dos anos 90 com aquelas dos anos 70-80.

Em segundo lugar, existem problemas de comparabilidade que não se resumem aos novos agregados de ocupação. É possível fazer um comparação razoável da PNAD dos anos 90 com a PNAD 70-80 eliminando da População Economicamente Ativa aqueles agregados referentes à autoocupação, autoconsumo e trabalho sem rendimento com uma jornada igual ou superior a uma hora e

inferior a 15 horas. É fato que essa atividade encontra-se somente disponível para aqueles que manejam a base de microdados da pesquisa. Por outro lado, deve-se apontar que a mensuração mais precisa do desemprego não somente elevou o contingente de pessoas nessa condição de atividade, como também afetou a PEA calculada. Os novos conceitos e o novo questionário impõem entraves à total comparabilidade, fato que poderia ter sido melhor enfrentado com um trabalho de transição metodológica. Ademais, as novas categorias da PNAD dos anos 90 não podem ser calculadas com os dados do Censo Demográfico de 1991, impedindo, portanto, empalmar ambos os levantamentos.

Finalmente, merece destaque a forma de divulgação dos dados tabulados, que se resume aos procedimentos da nova metodologia. Como esses dados destinam-se a um público não especializado, criou-se a possibilidade dos usuários, involuntariamente, incorrerem em erros³. Seria importante que o IBGE tivesse divulgado tabelas, segundo as agregações feitas com a nova e a velha metodologia⁴, procedimento que teria grande utilidade tanto para os usuários não especializados como para aqueles com maior especialização, que poderiam comparar os resultados obtidos a partir de processamento próprio dos microdados com aqueles produzidos oficialmente.

O fato relevante a se destacar é que a pouca atenção dada pelo IBGE a essas três ordens de questões possibilitou a criação de um terreno pantanoso, ao permitir a divulgação de comparações errôneas entre as PNADs dos anos 70-80 e 90 e ao consumir um tempo importante de trabalho dos pesquisadores nacionais na elucidação dos efeitos das mudanças metodológicas sobre a nova base de dados.

Cabe deixar suficientemente explícito que as críticas aqui apresentadas não se remetem ao esforço de melhora metodológica da PNAD feita pelo IBGE. É inquestionável o aprimoramento e a melhor qualidade da PNAD em sua nova fórmula. A metodologia atual permite a construção de categorias analíticas que podem retratar, de maneira mais precisa, o caleidoscópio de situações ocupacionais que caracteriza o mercado de trabalho nacional. As críticas referem-se exclusivamente à forma como o IBGE implementou a mudança e divulgou a nova metodologia e os resultados, que, se por um lado impôs um custo de aprendizado elevado aos usuários, impediu, por outro, que o uso da informação por esses produzisse informações que pudessem ser apropriadas pela instituição. Resumindo, parece que custos foram desnecessariamente impostos aos usuários e, também, ao próprio IBGE.

Os grandes agregados em 1995, segundo as duas metodologias

Com o objetivo de avaliar a influência das metodologias sobre a construção dos principais agregados da População em Idade Ativa - PIA -, foram adotados dois procedimentos levando-se em conta os conceitos que dão sustentação a cada uma delas para a base de dados referente ao ano de 1995.

Os agregados referentes à metodologia atual (M90) foram construídos aceitando-se todos os conceitos e suas premissas que hoje orientam a PNAD. Quanto aos agregados obtidos, segundo a metodologia dos anos 70 e 80 (M70-80), as restrições assumidas em relação à M90 foram as seguintes:

³ Merece destaque o artigo do Professor Paul Singer, quando da divulgação dos dados de 1992, sobre a volta ao campo. Utilizando uma comparação bruta dos dados de 1992 com os de 1990, o Professor constatou um incremento ponderável do emprego no campo, que é explicado totalmente pela incorporação das categorias ocupacionais relativas ao autoconsumo e ao trabalho sem rendimento com jornada de trabalho semanal igual ou maior que uma hora e inferior a 15 horas. Se realizado o ajuste metodológico, o resultado obtido é completamente diferente, isto é, o retorno ao campo de fato não existiu.

⁴ Deve-se salientar que o IBGE ainda pode, facilmente, resolver esse problema, fazendo a divulgação de uma série histórica de referência.

- As pessoas ocupadas segundo M90, em razão da produção para autoconsumo e autoconstrução, **sem procura de trabalho** na semana anterior foram consideradas inativas.
- As pessoas ocupadas segundo M90, em razão da produção para autoconsumo e autoconstrução, **com procura de trabalho** na semana anterior foram consideradas desempregadas.
- Os ocupados sem remuneração que exerceram uma jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e que **não procuraram trabalho** foram considerados inativos.
- Os ocupados sem remuneração que exerceram uma jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e que **procuraram trabalho** foram considerados desempregados.

Segundo a Tabela 1, em 1995, a PEA/M90 era de 74,1 milhões de pessoas, enquanto a PEA/M70-80 era de 70,0 milhões de pessoas, que representava uma diferença absoluta de, aproximadamente, quatro milhões de pessoas e uma relativa de 7,7%. Em relação aos ocupados, o agregado calculado pela M90 era superior em 4,2 milhões de pessoas ao obtido por M70-80. Quanto aos desempregados, a estimativa de M90 era inferior em 166 mil pessoas à calculada por M70-80.

Tabela 1 - População em idade ativa com indicação da condição de atividade e ocupação e metodologias aplicadas, por Grandes Regiões - 1995

Especificação	Brasil	Norte (1)	Grandes Regiões			
			Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
População em idade ativa (2)	120 936 407	5 173 878	34 402 159	54 349 595	18 599 436	8 127 198
População não-economicamente ativa						
M90 (3)	46 763 259	2 159 302	13 319 217	22 170 488	6 036 497	2 995 397
M70-80 (4)	50 667 568	2 393 365	14 896 524	23 252 267	6 857 934	3 267 478
População economicamente ativa						
M90 (3)	74 138 441	3 009 869	21 081 000	32 162 859	12 552 760	5 129 971
M70-80 (4)	70 039 999	3 056 396	19 459 051	30 974 001	11 707 467	4 843 084
População ocupada						
M90 (3)	69 628 608	2 740 190	19 970 878	29 990 621	11 933 734	4 796 966
M70-80 (4)	65 363 283	2 772 131	18 301 512	28 744 280	11 049 011	4 496 349
População desempregada						
M90 (3)	4 509 833	269 679	1 110 122	2 172 238	619 026	333 005
M70-80 (4)	4 676 716	284 265	1 157 539	2 229 721	658 456	346 735
Diferença absoluta						
População não-economicamente ativa	(-) 3 904 309	(-) 234 063	(-) 1 577 307	(-) 1 081 779	(-) 821 437	(-) 272 081
População economicamente ativa	4 098 442	(-) 46 527	1 621 949	1 188 858	845 293	286 887
População ocupada	4 265 325	(-) 31 941	1 669 366	1 246 341	884 723	300 617
População desempregada	(-) 166 883	(-) 14 586	(-) 47 417	(-) 57 483	(-) 39 430	(-) 13 730
Diferença relativa						
População não-economicamente ativa	(-) 7,7%	(-) 9,8%	(-) 10,6%	(-) 4,7%	(-) 12,0%	(-) 8,3%
População economicamente ativa	5,9%	(-) 1,5%	8,3%	3,8%	7,2%	5,9%
População ocupada	6,5%	(-) 1,2%	9,1%	(-) 4,3%	8,0%	6,7%
População desempregada	(-) 3,6%	(-) 5,1%	(-) 4,1%	(-) 2,6%	6,0%	(-) 4,0%

Fonte: IBGE, PNAD 1995.

(1) Exclui os dados da zona rural. (2) População de 10 anos e mais. (3) Valores calculados, segundo a metodologia atual. (4) Valores calculados, segundo a metodologia das décadas de 70 e 80.

Ademais, os dados mostram que tais diferenças não se apresentam de maneira uniforme em nível das regiões geográficas, independentemente do agregado considerado. Nesse sentido, as diferenças entre os agregados calculados segundo cada uma das opções metodológicas dependem da importância do autoconsumo, da autoconstrução e do trabalho sem remuneração com jornada de trabalho igual ou superior a uma hora e inferior a 15 horas semanais em cada região geográfica, dando, desse modo, uma clara

evidência dos efeitos que os novos critérios criaram sobre os agregados.

Fica patente, portanto, os riscos que a utilização indevida dos dados da PNAD podem criar para uma avaliação do mercado de trabalho nacional. Um maior rigor na divulgação da metodologia e dos resultados poderia ter permitido um avanço mais rápido das análises feitas com os dados da pesquisa, fato que muito provavelmente teria inviabilizado a proposta central desse ensaio.

Bibliografia

- BRANDÃO, S. M. C., HOFFMAN, M. P. *Medição de emprego : recomendações da OIT e práticas nacionais*. Campinas : UNICAMP, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 1996. (Cadernos do Cesit, n. 22).
- DEDECCA, Claudio S., BALTAR, P. E. A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, p. 65-84, 1997. Número especial.
- _____. *Desemprego e regulação no Brasil hoje*. Campinas : UNICAMP, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 1996. (Cadernos do Cesit, n. 20).
- METODOLOGIA da pesquisa nacional por amostra de domicílio na década de 70. Rio de Janeiro : IBGE, 1981. v. 1. (Série relatórios metodológicos).
- PARA compreender a PNAD : um texto simplificado. Rio de Janeiro : IBGE, 1991. 34 p.
- RECOMENDAÇÕES da OIT. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOR STATISTICIANS, 12., 1982, Geneve. *Anais eletrônicos...* [online]. 1982. Disponível: <http://www.ilo.org/public/english/120stat/res/ecacpop.htm> [capturado em 12 nov. 1998].